INDICAÇÃO Nº 439 /2022

INDICA AO PREFEITO MUNICIPAL, DARCI JOSÉ LERMEN**, A REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS, BEM COMO A DISPONIBILIZAÇÃO EM CANAL ACESSÍVEL E EM LINGUAGEM SIMPLES, DO PLANO DE CONTIGÊNCIA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS EM CASO DE DESASTRE PROVOCADO POR ROMPIMENTO DE BARRAGENS DE REJEITOS CONSTRUÍDAS PELA VALE S.A.,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

(VEREADOR JOEL DO SINDICATO – PDT)

Senhor Presidente,
Digníssimos Vereadores,
Ilustríssimas Vereadoras,

INDICA-SE à mesa, observadas as formalidades regimentais, que encaminhe ofício ao excelentíssimo senhor Prefeito Municipal, Darci José Lermen, com cópia à Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa do Cidadao (Semsi), **cujo conteúdo seja a promoção de campanhas educativas e disponibilização em canal acessível e em linguagem simples do Plano de Contigência Municipal de Parauapebas em caso de desastre provocado por rompimento de barragens de rejeitos construídas pela Vale S.A.,** e dá outras providências.

JUSTIFICATIVA

O PLANCON, como é conhecido o Plano de Contigência Municipal de Parauapebas, é desenvolvido pela Secretaria Municipal de Segurança Institucional e Defesa do Cidadão (Semsi), por meio da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Parauapebas.

Este Plano de Contingência é um documento de planejamento e preparação para ações de resposta a desastres, sejam eles de origem natural ou tecnológica que estabelece ações coordenadas e integradas entre vários órgãos e a comunidade para salvar vidas e minimizar danos e prejuízos materiais.

Sobre as barragens de rejeitos, temos o infeliz histórico do caso Samarco, com o rompimento da Barragem de Fundão em 2015, localizada no Complexo Industrial de Germano, no Município de Mariana/MG, como também o rompimento da Barragem I, em 2019, no Complexo Minerário do Corrego do Feijão, localizado na cidade de Brumadinho/MG.

Aqui em Carajás, no Estado do Pará, com o teor do minério um pouco mais elevado se comparado ao extraído, por exemplo, em Minas Gerais, o seu processamento, de um tempo para cá, é feito a seco (utilizando filtros-prensa ou por meio de filtros de cerâmica), simplificando o processamento, pois a filtragem expulsa a água do rejeito, cujo material resultante é o material seco, em que, após a obtenção desse material, ocorre a empilhagem, fazendo com que o risco de rompimento desse tipo de barregem seja menor. Portanto, o empilhamento a seco é mais seguro do que as barragens que utilizam processamento hidráulico.

No entanto, ainda que aqui na província mineralógica de Carajás a Vale tenha se utilizado desse processamento a seco, a Vale não pode dar garantia de que o risco de rompimento foi afastado, devendo, portanto, que o poder público municipal cumpra sua

função fiscalizadora procurando minimizar quaisquer impactos que a população possa sofrer.

O principais impactos que podem alterar toda a realidade de uma população afetada pela ruptura de uma barragem são:

1. Assoreamento dos rios (aumento de sedimentos na calha do rio);
2. Contaminação das águas;
3. Diminuição da piscosidade (relacionado a quantidade peixes);
4. Deslocamento compulsório da população;
5. Ecossistemas ribeirinhos e comunidades prejudicados.

A Barragem do Salobo III foi construída no formado **alteamento a montante**, o mesmo formato da Barragem de Fundão (em Brumadinho) e Complexo Industrial de Germano (em Mariana), e mesmo equipada com sensores, tem as mesmas propriedades estruturais destas ultimas, representando, portanto, os mesmos riscos de rompimento destas.

Sobre os métodos de extração é importante fazer um breve esclarecimento que encontramos no sitio da empresa MineraJr., o qual aponta o seguinte:

"*O método para montante é o mais simples e de mais baixo custo de construção, entretanto está associado à maioria dos casos de ruptura de barragens de rejeitos por todo o mundo. Sua construção inicia-se com um dique inicial utilizado como aterro compactado ou enrocamento, geralmente. O rejeito é descarregado hidraulicamente, por meio de canhões de hidrociclones, desde a parte mais alta (crista) do dique de partida, formando uma praia de rejeito que será adensada e servirá como fundação, fornecendo material para futuros diques de alteamento a serem construídos a partir do material dos rejeitos.*

O método para jusante foi desenvolvido para reduzir os riscos de liquefação em zonas de atividade sísmica, sendo assim, é o mais conservador entre os métodos. Da

mesma maneira que o anterior, é necessário a construção de um dique de partida e os rejeitos são depositados a montante dele. A medida em que as bordas livres são ocupadas, ocorrem sucessivos alteamentos para jusante. Mesmo que contenha um volume de água significante, a estabilidade da estrutura não é afetada devido a instalação de zonas de drenagem e núcleos impermeáveis.

A desvantagem dessa alternativa é alto custo dos alteamentos, provenientes do grande volume de aterro necessário. Com isso, o limite de altura de uma barragem de rejeitos alteada para jusante dependerá, basicamente, da área de terreno disponível.

O método de alteamento na linha de centro possui maior estabilidade do que uma barragem alteada para montante e não requer um grande volume de materiais como no alteamento para jusante. Da mesma forma que os métodos anteriores, precisa ser construído um dique de partida com o intuito de formar a praia de rejeitos a montante. A disposição dos rejeitos é feita com o lançamento a partir da crista do dique inicial, semelhantemente ao método de alteamento para montante. Quando é preciso fazer novos alteamentos, são construídos novos diques, tanto sobre os rejeitos a montante quanto sobre o aterro do dique anterior, mantendo o eixo de simetria inalterado."

O Plano de Contigência é exatamente para o fim de demonstrar com clareza que ações devem ser tomadas em caso de desastres, o que na prática, infelizmente, não é de conhecimento notório da população de Parauapebas, sendo portanto as campanhas educativas importantíssimas para familiaridade da população ao tema.

Outra necessidade que este parlamentar levanta é o fato de nós, enquanto fiscais, promovermos visitas, com o devido acompanhamento técnico, a estas barragens por meio de Comissão competente, com o objetivo de acompanhar de perto a realidade do que acontece no interior dos parques industriais da Vale, cujo objetivo seja de proteger a população contra possíveis danos que a mineradora pode causar, caso não haja uma presença mais ativa do poder publico, como ocorreu nas cidades acima mencionadas, em

que ficou claro que houve irresponsabilidade por partes das mineradoras somada a ausência do olhar atento dos órgãos de fiscalização.

Considerando tudo o que foi apresentado, peço o apoio de meus nobres pares através de seus votos a favor da aprovação desta proposição.

Parauapebas, Estado do Pará, 18 de outubro de 2022.

ASSINADO DIGITALMENTE
JOEL PEDRO ALVES
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

JOEL PEDRO ALVES
(VEREADOR – PDT)